COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 7.108, DE 2014

*Emenda ao Projeto de Lei
nº 7.108, de 2014.*

EMENDA No , DE 2014

No Projeto de Lei nº 7.108, de 2014, na parte em que altera o art. 5º, da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, dê-se a seguinte redação:

“Art.1º

.....

“Art.5º.....

§ 1º A adoção de regras de órgão arbitral institucional ou entidade especializada, quando a Administração Pública for parte, será devidamente justificada, podendo o edital, contrato ou demais instrumento no qual figure cláusula compromissória já estabelecer a submissão da arbitragem a tais regras;

§ 2º O órgão arbitral institucional ou entidade especializada referido no § 1º deste artigo deverá ter comprovada experiência e notoriedade na regulamentação e condução de arbitragens;

§ 3º A cláusula compromissória, constante de edital, contrato ou outro instrumento celebrado pela Administração Pública deverá obrigatoriamente prever a forma convencionada para a instituição da arbitragem, observado o disposto no art. 6º desta Lei”.

.....” (NR).

JUSTIFICAÇÃO

A emenda aqui proposta visa à adequação de dispositivos da Lei n.º 9.307/96 à previsão do Projeto de Lei nº 7.108/2014 que admitiu expressamente a adoção da arbitragem pela Administração Pública.

Assim, considerando as regras específicas às quais se submetem os órgãos e entidades da Administração, a inclusão dos três parágrafos ao art. 5º tem por objetivo regulamentar a possibilidade de escolha prévia das regras de órgão arbitral institucional ou entidade especializada, assim como, a obrigatoriedade de a cláusula compromissória, quando a Administração Pública for parte, já prever as regras de instituição da arbitragem. Com isto, evita-se eventual discussão, quando da necessidade de instituição da arbitragem, acerca das regras que irão regê-la.

Sala das Comissões, em 19 de março de 2014.

LAÉRCIO OLIVEIRA

Deputado Federal – Solidariedade/SE